



Cargo 7: Técnico Judiciário
Área: Administrativa



Instruções Gerais

Prova D

Caro Candidato:

Leia com atenção e cumpra rigorosamente as seguintes instruções. Elas são parte da prova e das normas que regem este Concurso Público.

1. O Caderno de Questões contém **60 questões objetivas** a serem respondidas. Recebido da fiscalização da sala, você deve conferi-lo, verificando se está completo. Caso contrário, deve solicitar a sua substituição.
2. O Caderno de Questões pode ser usado livremente para fazer rascunhos (cálculos, desenhos etc.), a fim de concluir pelas respostas às questões formuladas.
3. O tempo de duração desta prova é de **3 horas e 30 minutos (3h 30 min)**, incluída a leitura da instruções e o preenchimento do cartão de leitura óptica (cartão de respostas).
4. Não será permitida a saída definitiva do candidato da sala antes de transcorrida uma (1) hora do início da prova.
5. Cada questão oferece **5 alternativas de resposta representadas pelas letras a, b, c, d e e, sendo somente uma correspondente à resposta correta.**
6. Iniciada a prova, é vedado formular perguntas, pois o entendimento das questões é parte integrante da mesma.
7. Não é permitido comunicar-se com outro candidato ou socorrer-se de consultas a livros, anotações, agendas eletrônicas, gravadores, usar máquina calculadora, telefone celular e/ou similares ou qualquer instrumento receptor/transmissor de mensagens.
8. No **CARTÃO DE LEITURA ÓPTICA PERSONALIZADO (CARTÃO DE RESPOSTAS)**, você deve preencher totalmente apenas **uma alternativa (a, b, c, d, e) de cada questão, com caneta de ponta grossa azul ou preta, suficientemente pressionada**, conforme instrução contida no cartão.
9. Ao final da prova, você deve devolver à fiscalização da sala o **CARTÃO DE RESPOSTAS devidamente assinado**, sem amassá-lo ou dobrá-lo, **porquanto ele é insubstituível**. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até a entrega do Cartão de Respostas pelo último candidato.
10. **É importante que o candidato na devolução do seu Cartão de Respostas, ao final da sua prova, assine a listagem que atestará a entrega do mesmo.**
11. A questão não assinalada ou assinalada com mais de uma alternativa, emendada, rasurada, borrada, ou que vier com outra assinalação que não a prevista no item 9, **é nula**.
12. O Gabarito Preliminar da prova será divulgado no site www.conesul.org em até cinco dias úteis.

BOA PROVA!

Conhecimentos Básicos

INSTRUÇÃO: AS PRÓXIMAS DOZE QUESTÕES REFEREM-SE AO TEXTO A SEGUIR.

TSE define regras de direito de resposta para eleições de 2010

Processos poderão chegar ao tribunal por ação de qualquer partido político, coligação, candidato ou pelo Ministério Público

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mudou de 24 horas para três dias o prazo para apresentação de recursos originados de representação. A decisão foi tomada na _____ de hoje, com a aprovação da instrução que trata dos prazos e regras para as representações, reclamações e pedidos de respostas referentes às eleições 2010. De acordo com o documento, os processos poderão chegar ao tribunal por ação de qualquer partido político, coligação, candidato ou pelo Ministério Público. Também está prevista a designação de juizes auxiliares para atuar nesses processos até a diplomação dos eleitos. As representações serão encaminhadas ao TSE no caso de eleição presidencial e aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), nas eleições estaduais e distritais.

O TSE também definiu que no caso de pedido de resposta na imprensa escrita, a solicitação deve ser feita até 72 horas depois da veiculação da ofensa. Se o pedido for aceito, a resposta deverá ser publicada no veículo impresso até 48 horas após a decisão judicial, ocupando igual espaço, local, página, tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados na ofensa. Se o jornal ou revista não for diário, a resposta deverá ser divulgada na primeira edição que circular. Em relação ao rádio e a televisão, o pedido de resposta deverá ocorrer em até 48 horas a partir da veiculação da ofensa.

O pedido precisará estar acompanhado da transcrição do trecho considerado ofensivo ou inverídico. Se o pedido for aceito pela Justiça Eleitoral, a resposta deverá ir ao ar até 48 horas depois da decisão em tempo igual ao da ofensa, nunca inferior a um minuto. Já no caso do horário eleitoral gratuito, o pedido deverá ocorrer no prazo de 24 horas, contado a partir da veiculação do programa. O pedido deverá especificar o trecho considerado ofensivo ou inverídico e conter a mídia da gravação do programa, acompanhada da respectiva _____. Se o pedido for aceito, o ofendido usará, para a resposta, tempo igual ao da ofensa, porém nunca inferior a um minuto.

A resposta será divulgada no horário destinado ao partido político ou coligação responsável pela ofensa, devendo se restringir aos fatos nela veiculados.

Se o tempo reservado ao partido político ou à coligação responsável pela ofensa for inferior a um minuto, a resposta será levada ao ar tantas vezes quantas forem necessárias para a sua complementação. Mas, no caso de o ofendido ser candidato, partido político ou coligação que tenha usado o tempo concedido sem responder aos fatos veiculados na ofensa, terá subtraído do respectivo programa eleitoral o mesmo tempo. Em caso de terceiros, ficarão sujeitos _____ suspensão de igual tempo em eventuais novos pedidos de resposta e _____ multa de R\$ 2.128,20 a R\$ 5.320,50.

De acordo com o TSE, a campanha eleitoral pela internet, também terá direito de resposta. No caso de a Justiça Eleitoral concordar com o pedido, a res-

posta será divulgada no mesmo veículo, espaço, local, horário, página eletrônica e tamanho usados na ofensa. O prazo para a resposta é de até 48 horas após a entrega da mídia com a resposta do ofendido. Essa resposta ficará disponível para ser consultada pelos usuários do serviço de internet por tempo não inferior ao dobro em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva. Os custos de veiculação da resposta correrão por conta do responsável pela propaganda original.

AGÊNCIA BRASIL

Adaptado de: <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/>.

Acesso em: 21 dez 2009.

1. Analise as afirmativas sobre o primeiro período do segundo parágrafo.

- I. A expressão “no caso” deve ficar entre vírgulas para atender à prescrição da norma culta.
- II. A locução “depois da veiculação da ofensa” pode ser deslocada para o início do período, sem que isso cause problemas para o significado da frase.
- III. Deve ser acrescentada uma vírgula logo após “que” para que a expressão “no caso de pedido de resposta na imprensa escrita” fique entre vírgulas.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) Apenas a II e a III.

2. Analise as propostas de reescrita para o primeiro período do terceiro parágrafo.

- I. A transcrição do trecho considerado ofensivo ou inverídico deverá acompanhar o pedido.
- II. O trecho considerado ofensivo ou inverídico precisará estar acompanhado do pedido.
- III. O trecho considerado inadequado precisará acompanhar o pedido.

Qual(is) delas **não** acarretaria(m) danos à precisão da informação veiculada no texto?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) I, II e III.

3. O tempo verbal predominante no terceiro parágrafo é o

- a) presente do indicativo.
- b) futuro do subjuntivo.
- c) futuro do pretérito do indicativo.
- d) presente do subjuntivo.
- e) futuro do presente do indicativo.

4. Analise os trechos a seguir.

- I. “com a aprovação da instrução que trata dos prazos e regras para as representações, reclamações e pedidos de respostas referentes às eleições”
- II. “O TSE também definiu que no caso de pedido de resposta na imprensa escrita, a solicitação deve ser feita até 72 horas depois da veiculação da ofensa.”
- III. “a resposta deverá ser divulgada na primeira edição que circular.”
- IV. “partido político ou coligação que tenha usado o tempo concedido sem responder aos fatos veiculados na ofensa, terá subtraído do respectivo programa eleitoral o mesmo tempo.”

Em qual (is) delas a palavra destacada é conjunção integrante?

- a) Apenas na I.
 - b) Apenas na II.
 - c) Apenas na III.
 - d) Apenas na II e na IV.
 - e) Apenas na I, III e IV.
5. Assinale a expressão preposicionada que não seja exigida por um nome.
- a) para apresentação de recursos (1º período – 1º parágrafo)
 - b) da instrução (2º período – 1º parágrafo)
 - c) dos prazos e regras (2º período – 1º parágrafo)
 - d) de qualquer partido político (3º período – 1º parágrafo)
 - e) de resposta (1º período – 2º parágrafo)
6. O objetivo do texto é _____ as regras de direito de resposta para as eleições de 2010.
- a) definir
 - b) comentar
 - c) discutir
 - d) criticar
 - e) informar
7. Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas do texto.
- a) seção – degravação – a – a
 - b) sessão – degravação – à – à
 - c) sessão – desgravação – a – à
 - d) secção – degravação – à – a
 - e) sessão – desgravação – à – a
8. Assinale a alternativa em que o “se” não pertença à mesma classe gramatical dos demais.
- a) “Se o pedido for aceito” (2º parágrafo)
 - b) “Se o jornal ou revista não for diário” (2º parágrafo)
 - c) “Se o pedido for aceito pela Justiça eleitoral” (3º parágrafo)
 - d) “devendo se restringir aos fatos nela veiculados” (4º parágrafo)
 - e) “Se o tempo reservado ao partido político ou a coligação” (5º parágrafo)

9. Se, no período “Já no caso do horário eleitoral gratuito, o pedido deverá ocorrer no prazo de 24 horas, contado a partir da veiculação do programa.”, o substantivo destacado for passado para o plural, quantas outras modificações serão necessárias na frase para ajustes de concordância?

- a) Uma.
- b) Duas.
- c) Três.
- d) Quatro
- e) Cinco.

10. Assinale a alternativa em que a palavra, quando estiver na sua forma singular, deverá ser acentuada graficamente.

- a) juízes
- b) caracteres
- c) veiculados
- d) vezes
- e) novos

11. Assinale a afirmativa que apresenta uma oração subordinada reduzida de infinitivo.

- a) “Processos poderão chegar ao tribunal por ação de qualquer partido político, coligação, candidato ou pelo Ministério Público.”
- b) “a solicitação deve ser feita até 72 horas depois da veiculação da ofensa.”
- c) “o pedido de resposta deverá ocorrer em até 48 horas a partir da veiculação da ofensa.”
- d) “que tenha usado o tempo concedido sem responder aos fatos veiculados na ofensa”
- e) “Os custos de veiculação da resposta correrão por conta do responsável pela propaganda original”

12. Pelas características que apresenta, o texto é

- a) um artigo de opinião.
- b) uma dissertação argumentativa.
- c) uma crônica.
- d) uma notícia.
- e) uma narração literária.

INSTRUÇÃO: AS QUESTÕES A SEGUIR REFEREM-SE À REDAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL.

13. Assinale a única característica que **não** se aplica a um parecer.

- a) análise de um caso
- b) solução favorável ou contrária
- c) interpretação de fatos
- d) justificativa por meio de dispositivos legais.
- e) informações sobre um caso.

14. A definição de **ata** é

- a) resumo escrito dos fatos e decisões de uma assembleia, sessão ou reunião para um determinado fim.
- b) correspondência tradicionalmente utilizada por empresas comerciais.
- c) correspondência por meio da qual alguém se dirige a várias repartições ou pessoas.
- d) ficha de registro de reunião.
- e) trabalho cuidadoso e exaustivo sobre determinado assunto.

15. O documento por meio do qual se expõem os resultados de atividades variadas é

- a) ofício.
- b) monografia.
- c) relatório.
- d) memorando.
- e) carta oficial.

Noções de Informática

Para responder as questões de **informática** considere que os programas mencionados estão com a configuração padrão em português, e que possuem licença de uso, e que o mouse está configurado para destros, e ainda que um clique ou duplo clique correspondem ao botão esquerdo do mouse. Logo, os menus, submenus e teclas de atalho, possuem também a configuração padrão.



16. O botão localizado na barra de ferramentas padrão do Writer, programa do BrOffice 3.1, é chamado de

- a) Quebra de página
- b) Zoom
- c) Visualizar impressão
- d) Modo exibição Normal
- e) Quebra de sessão

17. Que operador matemático, é utilizado no programa Microsoft Office Excel 2007, para fazer potenciação?

- a) ^
- b) #
- c) }
- d) &
- e) \$



18. O botão: do Internet Explorer 8, é chamado de

- a) Download
- b) Upload
- c) Conexão
- d) Parar
- e) Atualizar

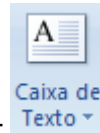
19. Qual é a função do Software Windows XP?

- I. Gerenciar os hardwares de um computador
- II. Gerenciar os softwares de um computador
- III. Gerenciar somente os hardwares exclusivamente de entrada de dados de um computador
- IV. Gerenciar somente os hardwares exclusivamente de saída de dados de um computador

Quais estão **corretos**?

- a) Somente o II e o III
- b) Somente o III e o IV
- c) Somente o I e o IV
- d) Somente o I e o II
- e) Somente o II e o IV

20. Ao ser necessário criar uma “Caixa de Texto”, con-



forme o ícone: em um documento ativo do programa Microsoft Office Word 2007, utiliza-se que menu?

- a) Início
- b) Layout da Página
- c) Inserir
- d) Exibição
- e) Referências

Conhecimentos Específicos

21. Assinale a alternativa **correta**, quanto à classificação das constituições.

- a) Quanto ao conteúdo, são materiais ou sintéticas.
- b) Quanto à estabilidade, são analíticas ou formais.
- c) Quanto ao modo, de elaboração são escritas ou não escritas.
- d) Quanto à forma, são dogmáticas ou históricas.
- e) Quanto à origem, são promulgadas ou outorgadas.

22. *Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.* A esse princípio corresponde

- a) a presunção de inocência.
- b) a igualdade de todos receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular.
- c) a liberdade de manifestação.
- d) a proteção às participações individuais.
- e) a liberdade de associação ou a permanecer associado.

23. Assinale a alternativa **incorreta**, face ao que dispõe a Constituição Federal de 1988.

- a) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- b) Ao servidor público é proibida a greve, exceto a sindicalização.
- c) Os abusos cometidos no direito de greve sujeitam os responsáveis às penas da lei.
- d) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- e) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

24. Assinale a alternativa **correta**, em relação à competência exclusiva do Congresso Nacional, face ao que dispõe a CF/88.

- a) Autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- b) Dispor sobre moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.
- c) A fixação do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
- d) Dispor sobre a transferência temporária do governo federal.
- e) Dispor sobre criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública.

25. Assinale a alternativa **correta**, referente à composição do Conselho Nacional de Justiça.

- a) Compõe-se de 11 (onze) membros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- b) É órgão com atuação nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do estado democrático e dele também participa como membro nato o Ministro da Justiça.
- c) Compõe-se, dentre outros, de 2 (dois) advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Integrado por 9 (nove) membros, tem sede no distrito federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- e) Participa, dentre outros, 6 (seis) cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada indicados pela Câmara e pelo Senado Federal.

26. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, as Juntas Eleitorais e os Juízes Eleitorais constituem-se em órgãos da Justiça Eleitoral.
- b) O número de Juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais não será reduzido, mas poderá ser elevado até nove, mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral, e na forma por ele sugerida.
- c) Os Juízes afastados por motivo de licença férias e licença especial, de suas funções na Justiça comum, ficarão automaticamente afastados da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente exceto quando com períodos de férias coletivas, coincidir a realização de eleição, apuração ou encerramento de alistamento.
- d) Os substitutos dos membros efetivos dos Tribunais Eleitorais serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- e) Os Juízes dos Tribunais Eleitorais, servirão obrigatoriamente por três anos.

27. De acordo com o que prevê a legislação eleitoral, assinale a alternativa **correta**.

- a) A urna eletrônica disporá de mecanismo que permita a impressão do voto, sua conferência visual e depósito automático, sem contato manual, em local previamente lacrado, após conferência pelo eleitor.
- b) Na véspera do dia da votação, o juiz eleitoral, em audiência pública, sorteará três por cento (3%) das urnas de cada zona eleitoral, respeitado o limite mínimo de três urnas por município, que deverão ter seus votos impressos, contados e conferidos com os resultados apresentados pelo respectivo boletim de urna.
- c) A diferença entre o resultado apresentado no boletim de urna e o da contagem dos votos impressos será resolvida pelo juiz eleitoral, que também decidirá sobre a conferência de outras urnas.
- d) O tribunal superior eleitoral disciplinará a hipótese de falha na urna eletrônica que prejudique o regular processo de votação.
- e) A diferença entre o resultado apresentado no boletim de urna e o da contagem dos votos impressos poderá ser resolvida pelo juiz eleitoral, que também poderá decidir sobre a conferência de outras urnas.

28. Conforme a legislação que dispõe sobre normas eleitorais, os partidos políticos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até às _____ do dia _____ do ano em que se realizarem as eleições.

Assinale a alternativa que completa **correta** e respectivamente as lacunas.

- a) dezessete horas – 1º de julho
 - b) dezoito horas – 1º de julho
 - c) dezenove horas – 5 de julho
 - d) dezenove horas – 30 de junho
 - e) dezoito horas – 5 de julho
29. Quanto aos partidos políticos, face à legislação federal nº 9.096/95 e posteriores, assinale a alternativa **correta**.
- a) O partido político, após adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil, registra seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.
 - b) É possível ao partido político ministrar instrução militar, bem como adotar uniforme para seus membros.
 - c) O partido político constitui-se de pessoa jurídica de direito público e destina-se a assegurar, no regime democrático e a defender o interesse público.
 - d) Aos filiados de um partido não têm caracterizados como direitos iguais e/ou deveres.
 - e) A exclusividade da denominação do partido político, poderá ser obtida a partir da criação do mesmo, respeitando a soberania nacional.
30. Poderá se dirigir formalmente ao Juiz Eleitoral, ao Corregedor Regional ou Geral, no âmbito de suas respectivas competências, relato de fatos e indicação de provas para pedir abertura de investigação com o fim de apurar irregularidade no alistamento eleitoral,
- a) qualquer eleitor, partido político ou Ministério Público.
 - b) a Prefeitura Municipal da Comarca.
 - c) qualquer pessoa.
 - d) somente os políticos.
 - e) apenas o Ministério Público.
31. Quanto às modalidades de licitação, assinale a alternativa **incorreta**.
- a) Convite é a modalidade de que participam interessados do ramo pertinente ao objeto do futuro contrato, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa.
 - b) Concurso é a modalidade de que participam quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.

c) Tomada preços é a modalidade que possibilita a participação de quaisquer interessados que, na fase de habilitação, comprovem possuir os requisitos de qualificação exigidos no edital; em geral, é utilizada para contratos de grande valor e para a alienação de bens públicos imóveis, podendo esta alienação ocorrer também mediante leilão.

d) Leilão é a modalidade entre quaisquer interessados, para a venda de bens móveis inservíveis à administração.

e) Pregão é a modalidade de licitação para a aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública, permitindo-se seja realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia de informação.

32. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

a) nos casos de guerra declarada ou grave perturbação da ordem.

b) para a contratação de serviços técnicos enumerados na lei das licitações, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

c) para a contratação de serviços de publicidade e divulgação.

d) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

e) nas compras e contratações de serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas militares e seus meios de deslocamento.

33. São considerados requisitos do ato administrativo:

a) presunção de legitimidade, imperatividade, executoriedade.

b) império, gestão e vontade.

c) conteúdo e forma, constitutivo, declaratório e enunciativo.

d) sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade.

e) perfeito, imperfeito, pendente e consumado.

34. Do Controle da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

a) O controle administrativo constitui-se quanto ao órgão que o exerce.

b) O controle judicial é o poder de fiscalização e correção que a administração pública exerce sobre sua própria atuação.

c) Controle legislativo constitui, juntamente com o princípio da legalidade, um dos fundamentos em que repousa o estado de direito, no qual tem o monopólio da função jurisdicional.

d) Com relação aos atos políticos estes são insuscetíveis de apreciação judicial, por força constitucional.

e) Os atos 'interna corporis', em regra são apreciados pelo poder judiciário, porque estabelecem normas sobre o funcionamento interno dos órgãos.

35. Não se constitui como característica da descentralização administrativa:

- a) capacidade singular.
- b) capacidade de autoadministração.
- c) delimitação geográfica.
- d) sujeição a controle pelo poder central.
- e) personalidade jurídica de direito público.

36. Quanto ao Direito Constitucional, conforme *Mirkine-Guetzévitch* em sua obra “As novas tendências do direito constitucional”, o mesmo afirma ser uma técnica da liberdade. Por esse motivo o direito constitucional delinea uma série de princípios, de conceitos e de instituições que se encontram em vários direitos positivos; já numa forma particular, tem por finalidade o estudo sistemático e interpretativo das instituições jurídico-constitucionais existentes em um determinado país. Assim, podemos conceituar Constituição, num sentido de melhor abrangência de conceito ideal de constituição:

- I. Constituição em sentido ‘*latu sensu*’ é o ato de constituir, de estabelecer, de firmar, ou, ainda, o modo pelo qual se constitui uma coisa, um ser vivo, um grupo de pessoas, organização, formação.
- II. Constituição é o conjunto de leis que rege o país ou um Estado.
- III. Constituição é a lei fundamental e suprema de um Estado, que contém normas referentes à estrutura do Estado, à formação dos poderes públicos, forma de governo e aquisição do poder de governar, distribuição de competências, direitos, garantias e deveres dos cidadãos.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a I e a II.
- c) Apenas a II e a III.
- d) Apenas a I e a III.
- e) Todas.

37. Não constitui-se fundamento da República Federativa do Brasil, conforme o que prevê a Constituição Brasileira de 1988:

- a) a cidadania.
- b) a dignidade da pessoa humana.
- c) a prevalência dos direitos humanos.
- d) o pluralismo político.
- e) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

38. Conforme o que dispõe a Constituição Brasileira, a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário e à licença-paternidade, terão a duração, respectivamente, de

- a) 90 e 8 dias.
- b) 120 e 5 dias.
- c) 84 e 5 dias.
- d) 84 e 10 dias.
- e) 120 e 10 dias.

39. Conforme o que dispõe a CF/88, **não** encontra-se prevista a condição de privativo de brasileiro nato, o cargo

- a) da carreira diplomática.
- b) de Ministro do Tribunal de Contas da União.
- c) de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) de oficial das Forças Armadas.
- e) de Vice-Presidente da República.

40. Os Deputados e Senadores **não** poderão, desde a expedição do diploma,

- a) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- b) patrocinar causa em que seja interessada as entidades a que se refere a Constituição, ou sejam, a autarquia e a empresa pública.
- c) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- d) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades a que se refere a Constituição Federal, ou sejam, a autarquia e a empresa pública.
- e) ser proprietários de empresa que goze de favores decorrentes de contratos com pessoa jurídica de direito público.

41. De acordo com a legislação federal (Lei 4737/1965 e posteriores), assinale a alternativa **correta**.

- a) Não podem alistar-se eleitores os que não saibam exprimir-se na língua nacional e os analfabetos.
- b) O acostamento é obrigatório para os brasileiros de um e outro sexo em relação aos inválidos.
- c) O voto é obrigatório para os brasileiros de um e outro sexo, em relação aos que, mesmo encontrarem-se fora do seu domicílio.
- d) Qualquer cidadão pode pretender a investidura em cargo eletivo.
- e) O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo, salvo quanto ao voto os funcionários civis e os militares, em serviço que os impossibilite de votar.

42. É causa para cancelamento do título eleitoral, deixar de votar

- a) 2 (duas) eleições consecutivas.
- b) 3 (três) eleições consecutivas.
- c) 4 (quatro) eleições consecutivas.
- d) 5 (cinco) eleições consecutivas.
- e) 6 (seis) eleições consecutivas.

43. Em relação às normas das eleições previstas pela Lei 9.504/1997 e posteriores, assinale a alternativa **correta**.

- a) Se a convenção partidária de nível inferior se opuser, na deliberação sobre coligações, às diretrizes legitimamente estabelecidas pela Convenção Nacional, os órgãos superiores do partido poderão, nos termos do respectivo estatuto, anular a deliberação e os atos dela decorrentes.
- b) Do número de vagas resultante das regras previstas nesta Lei, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de vinte e cinco por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.
- c) A denominação da coligação não poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou número de candidato, nem conter pedido de voto para partido político.
- d) As anulações de deliberações dos atos decorrentes de convenção partidária, deverão ser comunicadas à Justiça Eleitoral no prazo de quinze (15) dias após a data limite para o registro de candidatos.
- e) Se da anulação, decorrer a necessidade de escolha de novos candidatos, o pedido de registro deverá ser apresentado à Justiça Eleitoral nos cinco (5) dias seguintes à deliberação.

44. Terá o eleitor prazo para ser filiado ao respectivo partido, às eleições, majoritárias ou proporcionais, nos casos em que concorrer a cargo eletivo,

- a) pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições.
- b) de nove meses antes da data fixada para as eleições.
- c) de seis meses antes da data fixada para as eleições.
- d) de três meses antes da data fixada para as eleições.
- e) nenhuma das respostas anteriores está correta.

45. Analise as seguintes afirmativas sobre a restrição de direitos políticos consagrada pela Resolução do TSE nº 21.538/2003.

- I. É considerado documento comprobatório de reaquisição ou restabelecimento de direitos políticos nos casos de perda, a certidão do juízo competente.
- II. É considerado documento comprobatório de reaquisição ou restabelecimento de direitos políticos nos casos de inelegibilidade, a certidão ou outro documento.
- III. É considerado documento comprobatório de reaquisição ou restabelecimento de direitos políticos, nos casos de suspensão, o decreto ou portaria, bem como, a comunicação do Ministério da Justiça.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) Apenas a II e a III.

46. A Administração para realizar o conjunto das atividades que lhe cabem, no cumprimento de seu papel na vida coletiva, o ordenamento lhe confere poderes. No sentido de poder no âmbito do direito administrativo este tem como base a idéia de função. Considere as seguintes afirmações textuais:

- I. Poder hierárquico é aquele quando a autoridade, ante determinada circunstância, é obrigada a tomar decisão determinada, pois sua conduta é ditada previamente pela norma jurídica.
- II. Poder regulamentar configura um dos modos de exercício do poder normativo no âmbito do Poder Executivo e destina-se a explicitar o teor das leis, preparando sua execução.
- III. Poder de polícia é o conjunto de atribuições concedidas à Administração para disciplinar e restringir em favor do interesse público adequado, direitos e liberdades individuais.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a I e II.
- d) Apenas a II e III.
- e) Todas.

47. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia. São considerados como princípios básicos:

- a) a propriedade, a segurança jurídica e a liberdade.
- b) a liberdade, a probidade e a publicidade.
- c) o julgamento objetivo, a probidade administrativa, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a igualdade, a vinculação ao instrumento convocatório.
- d) a legalidade, a pessoalidade, a probidade, a propaganda e a eficiência.
- e) a economicidade, a eficácia, a legitimidade e a legalidade.

48. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A administração indireta compreende as entidades dotadas de personalidade jurídica própria que estão indicadas no Decreto-Lei 200/1967.
- b) A administração direta federal se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.
- c) A administração direta é o conjunto dos órgãos integrados na estrutura da chefia do Executivo e na estrutura dos órgãos auxiliares da chefia do Executivo.
- d) São entes da Administração direta as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, e as fundações públicas.
- e) As autarquias são dotadas de personalidade jurídica própria, ou seja, são sujeitas de direitos e encargos, no mundo jurídico, por si próprias.

49. Agente público é a pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta. Logo

- a) os agentes políticos são os servidores públicos, os militares e os particulares em colaboração com o Poder Público.
- b) os servidores estatutários, sujeitos ao regime estatutário, são aqueles ocupantes de emprego público, também considerados como empregados públicos.
- c) os servidores temporários possuem vínculo a cargo ou emprego público, pois, exercem função.
- d) a Constituição brasileira de 1988 não substituiu a expressão funcionário público, permanecendo na redação do 'caput' do art. 37 da CF/88.
- e) todas alternativas anteriores estão incorretas.

50. Segundo o administrativista brasileiro José Cretella Júnior (in Revista de Informação Legislativa, v. 97:7) princípios de uma ciência "são as proposições básicas, fundamentais, típicas que condicionam todas as estruturas subsequentes. Princípios neste sentido, são os alicerces da vida". A Constituição Federal de 1988 faz expressa menção a alguns dos princípios a que se submete a Administração Pública Direta e Indireta. Logo, são considerados como princípios:

- a) da identidade e o da razão suficiente.
- b) da causalidade e do princípio em não prejudicar a outrem.
- c) gerais de direito.
- d) que informam o direito civil, o direito do trabalho e o direito penal.
- e) da publicidade, da moralidade, da legalidade, da eficiência e da impessoalidade.

Normas aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

51. Não será imposta ao servidor, cujo ilícito tenha praticado, e, portanto, deixará de instaurar o processo disciplinar, **apenas** no seguinte caso:

- a) demissão.
- b) cassação de aposentadoria.
- c) destituição de cargo em comissão.
- d) suspensão por mais de 30 dias.
- e) advertência.

52. Assinale a alternativa **incorreta**, face o Regime Jurídico dos Servidores Públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas quanto às penalidades disciplinares.

- a) multa.
- b) advertência.
- c) destituição de função comissionada.
- d) demissão.
- e) suspensão.

53. Referente ao Processo Administrativo Disciplinar decorrente da Lei 8.112/90 e posteriores, da Sindicância poderá resultar o arquivamento do processo, a aplicação de penalidade de advertência ou a suspensão do servidor público, ou ainda, a instauração de processo disciplinar. Em se tratando de aplicação de suspensão, esta pena poderá importar num prazo de até

- a) 10 dias.
- b) 15 dias.
- c) 30 dias.
- d) 45 dias.
- e) 60 dias.

54. Assinale a alternativa **correta**, face o que dispõe a Lei 8.112/93 e posteriores.

- a) O julgamento fora do prazo legal implica nulidade do processo.
- b) No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.
- c) Da revisão do processo poderá resultar agravamento de penalidade.
- d) O prazo para julgamento da revisão do processo, será de trinta dias.
- e) A revisão não correrá em apenso ao processo originário.

55. O servidor público poderá ter a demissão aplicada, **exceto** no seguinte caso:

- a) inassiduidade habitual.
- b) incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.
- c) acumulação ilegal de cargos.
- d) proceder de forma desidiosa.
- e) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

Regimento Interno do TRE - PE

56. Não se constitui indenização ao servidor:

- a) ajuda de custo.
- b) transporte.
- c) diárias.
- d) auxílio-moradia.
- e) hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de até 45 dias.

57. A posse dos desembargadores eleitorais, contados da vacância do cargo (no caso dos magistrados) e da publicação oficial da nomeação (na hipótese dos juristas) dar-se-á no prazo de

- a) 10 dias.
- b) 20 dias.
- c) dentro de 30 dias.
- d) dentro de 60 dias.
- e) dentro de 90 dias.

58. Não é da competência do corregedor regional eleitoral:

- a) presidir a comissão do regimento interno.
- b) orientar os juízes eleitorais relativamente à regularidade dos serviços nos respectivos juízos e cartórios.
- c) determinar, de ofício, a abertura e a realização de sindicância contra juízes e servidores eleitorais atendidos o que dispõe a Resolução nº 120/2009.
- d) presidir a instrução e relatar os processos de crimes eleitorais instaurados contra juízes eleitorais.
- e) delegar aos juízes eleitorais atribuições não privativas, relativamente à disciplina do serviço eleitoral.

59. O valor do auxílio-moradia não poderá superar o percentual da remuneração de Ministro de Estado, correspondente a

- a) 50%.
- b) 45%.
- c) 30%.
- d) 25%.
- e) 10%.

60. Assinale a alternativa **correta**.

- a) O desembargador eleitoral licenciado não poderá exercer qualquer das suas funções jurisdicionais ou administrativas.
- b) O presidente do TRE permanecerá em exercício durante os períodos de recesso, não podendo gozar suas férias isoladamente.
- c) Em caso de afastamento do Presidente do TRE, permanecerá em exercício o corregedor regional eleitoral, e, na sua impossibilidade, será convocado o suplente.
- d) O corregedor regional eleitoral, caso exija o serviço eleitoral, permanecerá em exercício durante o recesso, não podendo gozar suas férias isoladamente.
- e) Compete ao Vice-Presidente do TRE conceder suprimentos de fundos, nos termos de resolução.

